

Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas

Martha Giudice Narvaz
Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

“Trata-se de liberar a vida lá onde ela é prisioneira.”

(Deleuze e Guatarri, 1997, p. 23)

RESUMO

Este trabalho propõe-se a revisar alguns conceitos e a problematizar alguns aspectos comumente envolvidos nas investigações com mulheres vítimas de violência conjugal e doméstica. Inicialmente, abordamos alguns construtos geralmente utilizados nas investigações que abordam o tema da violência contra as mulheres, entre eles, os conceitos de violência familiar, conjugal e doméstica, bem como as noções de violência de gênero, muitas vezes erroneamente empregadas como sinônimos nas pesquisas e na literatura científicas. Posteriormente, discutindo algumas questões, tais como a transmissão transgeracional da violência, a naturalização dos papéis estereotipados de gênero, o alcoolismo, a pobreza e a falta de suporte social como fatores associados aos processos de submissão e de assujeitamento das mulheres às violências sofridas. Ao final, introduzimos algumas das indagações que vêm se colocando em nossa prática no que tange à compreensão da complexa questão da violência contra as mulheres nas dinâmicas familiares, conjugais e domésticas.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; violência doméstica; violência; mulheres; famílias.

ABSTRACT

Women victims of domestic violence: Understanding subjected subjectivities

This work intends to revise and discuss some concepts commonly involved in investigations with women victims of couple and domestic violence, among them, concepts of family violence, couple and domestic violence, as well as notions of gender violence, several times erroneously used as synonyms in research and scientific literature. Later, we discuss some subjects, such as transmission intergenerational of violence, naturalization of stereotyped gender roles, alcoholism, poverty and lack of social support as factors associated to submission and subjection processes of women who have suffered violence. At the end, we introduced some inquiries that have place in our practice in which concern to understand the complex issue of violence against women in couples, family and domestic contexts.

Key words: Violence against women; domestic violence; violence; women; families.

INTRODUÇÃO

O interesse por investigar as diferentes posições que as mulheres ocupam diante de violências sofridas, ora de submissão, ora de resistência vem-se construindo ao longo de nossa trajetória profissional e acadêmica. Enquanto profissionais, temos trabalhado como terapeutas de famílias abusivas e de mulheres vítimas de várias formas de violência; enquanto pesquisadoras, temos tentado compreender a complexa articulação entre os aspectos de gênero e de poder na dinâmi-

ca das relações violentas. Nossa inserção em outros espaços coletivos e militantes em direção à prevenção da violência contra as mulheres igualmente compõe esta trajetória, que articula a pesquisa e a clínica à política. Uma vez comprometidas com a denúncia dos processos que prescrevem às mulheres o assujeitamento a diversas formas de violência, este trabalho propõe-se a revisar alguns conceitos e a problematizar alguns aspectos comumente envolvidos nas investigações com mulheres vítimas de violência conjugal e doméstica.

1. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O fenômeno da violência contra as mulheres acarreta sérias e graves conseqüências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos, mas também para o desenvolvimento socioeconômico do país. Conforme Bravo (1994), a violência contra as mulheres não é mais uma questão privada, mas objeto de preocupação social. A violência tem sido concebida como toda relação em que há abuso de poder (Corsi, 1997, 2003) podendo manifestar-se de diferentes formas. A Organização Mundial de Saúde (Redesaúde, 2001), sistematiza algumas destas formas, que são: a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência física. A violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço. A violência intrafamiliar refere-se a toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra. A violência física ocorre quando uma pessoa, que está em posição de poder em relação a outra pessoa, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que possa provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Atualmente, também é considerada violência a aplicação de castigo, repetido não severo. São considerados atos de violência física: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, amarramentos e estrangulamentos, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados (tais como álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos), tirar de casa à força, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos e omitir cuidados e proteção (Werba, 2002).

Violência conjugal tem sido entendida (Ravazzola, 1997, 1999) como violência contra a mulher cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afetiva e sexual, independentemente de ser relação estável legalizada. A violência conjugal pode ocorrer tanto no espaço doméstico quanto no espaço urbano. A categoria de violência conjugal abarca as formas de violência física, violência sexual e violência emocional ou psicológica (Corsi, 1997, 2003). Uma vez que nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do gênero masculino, e as principais vítimas, do gênero feminino, a violência conjugal é também uma forma de violência de gênero (Narvaz, 2002).

Violência de gênero “envolve ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo” (Werba & Strey, 2001, p. 72).

A violência contra a mulher atinge uma em cada quatro mulheres no mundo e é responsável por um em cada cinco anos potenciais de vida saudável perdido pela mulher (Diniz, 1997). Dados estatísticos (Thomas, 1992) ilustram claramente o custo social dessa violência, em especial quando ocorre no âmbito doméstico e familiar. No mundo, um em cada cinco dias de folga ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. Na América Latina, a violência doméstica incide entre 25% e 50% das mulheres. No Brasil, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica; a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto; 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. Outros estudos (Redesaúde, 2001) apontam ainda que 11% das brasileiras com 15 anos de idade ou mais já foram vítimas de espancamento. O levantamento encontrou que uma em cada cinco mulheres foi agredida pelo menos uma vez em suas vidas. A pesquisa mostra que o marido ou companheiro é responsável por 56% dos espancamentos, 53% das ameaças com armas e 70% da destruição dos bens.

O Brasil é signatário de vários documentos internacionais (ver Oliveira, 2004) que coíbem e proíbem toda e qualquer forma de violência e de discriminação contra as mulheres. Nestes documentos consta que o Estado brasileiro é o responsável por implementar ações que contemplem a prevenção da violência e da discriminação contra as mulheres. O acolhimento das denúncias das mulheres vítimas, numa perspectiva integral, faz parte do conteúdo de tais documentos, prevendo o atendimento das mulheres tanto no campo da saúde quanto no campo legal com vista à garantia dos direitos civis das mulheres. A fim de cumprir com a legislação prevista, foram criadas, na década de 80, as delegacias para a mulher. No entanto, nem todas as cidades brasileiras implantaram delegacias para a mulher e, as que existem, contam com recursos materiais e humanos precários, com pouca qualificação e despreparo para o acolhimento das denúncias das mulheres contra as violências sofridas (Negrão, 2004; Oliveira, 2004; Strey, Werba e Nora, 2004). Além disso, parece que, apesar das conquistas das mulheres nas últimas décadas em relação a vários direitos civis e

políticos, a maioria das mulheres ainda desconhece seus direitos (Strey, 2000) e não procura ajuda, quer legal, quer no sistema de saúde. A vergonha da violência sofrida também tem sido identificada como um dos fatores que dificulta a busca de suporte no sistema de apoio familiar e comunitário, o que dificulta o rompimento com a situação abusiva (Laird, 2002; Mason, 2002; Ravazzola, 1997, 1999).

Estudos (Camargo, 1998; Carrasco, 2003; Cecconello, 2003; Meneghel e cols., 2003) demonstram que muitas destas mulheres agredidas por seus companheiros, mesmo após tentativas de separação, retornam a conviver com os mesmos. Fontana e Santos (2001) encontraram que 60% das mulheres vítimas de violência por seus parceiros permanecem com os mesmos. Investigações (Cardoso, 1997a, 1997b) demonstram que muitas mulheres permanecem em relações abusivas a fim de manterem a família unida. A dependência financeira dos parceiros e a falta de apoio da família extensa e da comunidade foram relatadas pelas mulheres pesquisadas como mantenedoras de sua posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos. Outros fatores como alcoolismo, pobreza e repetição de relações abusivas através de gerações aparecem associados à dinâmica da violência contra as mulheres. O medo e a insegurança causado pelas ameaças e pela violência psicológica impetrada pelo parceiro abusivo também parecem desempenhar importante papel nesta dinâmica (Narvaz e Koller, 2004).

Bass e Davis (1988) estimaram que cinquenta por cento das vítimas de incesto e 74% das mulheres de famílias alcoólicas provêm de lares também alcoólicos, sendo física, sexual e emocionalmente abusadas. Pobreza e violência também aparecem associadas à dinâmica da violência conjugal (Cardoso, 1997a, 1997b; Cecconello, 2003). Há estudos (ver Guareschi, Comunello, Nardini e Hoenisch, 2004; Yunes, 2001) que questionam a associação da pobreza à violência, argumentando haver o risco de estigmatização e de criminalização das famílias pobres. Entretanto, a miséria afetiva associada à miséria econômica (Hutz, Koller e Bandeira, 1996) afeta a capacidade de enfrentamento das pessoas às situações adversas que se impõem em seu cotidiano. A exclusão gerada pela pobreza fragiliza laços sociais, o que dificulta o acesso a recursos de suporte social (Keil, 2001). A pobreza engendrada pela violência estrutural (Minayo, 1994) articula-se à questão da violência contra as mulheres. Segundo Prá (2001, p.177), “dentro o mais de um bilhão de pessoas da população mundial que se encontra em extrema condição de pobreza, 70% são mulheres”.

2. COMPREENDENDO SUBJETIVIDADES ASSUJEITADAS

A posição de desvalia e de assujeitamento foi encontrada em mulheres trabalhadoras pobres (Sawaia, 1995), bem como a dependência econômica dos parceiros foi relatada (Cardoso, 1997a, 1997b) como um dos motivos da permanência das mulheres em relações abusivas. Pesquisas (Carrasco, 2003; Cecconello, 2003; Narvaz, 2005) indicam haver um padrão de transmissão das experiências de violência ao longo das gerações, no qual mulheres vítimas de violência conjugal presenciaram também a vitimização de suas mães na infância. Os papéis estereotipados de gênero veiculados pela cultura através da família tornam invisível tanto a produção quanto a reprodução da subordinação feminina, solo fértil para a ocorrência de abusos (Narvaz e Koller, 2004). A violência contra as mulheres fica, assim, banalizada, minimizada, negada e naturalizada pela cultura sexista, sendo percebida como algo que não poderia ser evitado (Giberti e Fernandez, 1989; Koller, 1999; Strey, 2000).

O papel das mulheres na dinâmica da violência conjugal, familiar e doméstica é tema controverso na pesquisa e na literatura científicas. Algumas pesquisadoras (Gregori, 1993; Grossi, 2001) destacam a contribuição das mulheres no ciclo da violência conjugal, sendo percebidas como provocadoras e, portanto, culpadas pela violência que sofrem. São acusadas, ainda, de serem passivas e de permanecerem nas situações de violência. Inscrevem-se nesta compreensão processos invisíveis e simbólicos, ao que Bourdieu (1930/1999, p. 7) chama de “violência simbólica”. A violência, segundo este autor, não se limita a relações coercitivas visíveis que impliquem o uso da força física, operando também no nível da linguagem e do simbólico, estando disseminadas pelas diversas instituições sociais. O ocultamento das relações abusivas de força ocorre de forma sutil e invisível através das vias simbólicas da comunicação e do desconhecimento de seus atores. Partindo desta noção, Grossi (2001, p. 38) entende que “a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também daqueles que a exercem na medida onde uns e outros não têm consciência de exercê-la ou de sofrê-la.”

Outras teóricas (Goldner, 1988; Hare-Mustin, 1987; Jones, 1994; McConaghy e Cottone, 1988) entendem que não se pode atribuir igual responsabilidade a pessoas que têm diferentes percentuais de poder em um sistema, então, “para compreender o porquê de a mulher permanecer com quem a agride, torna-se necessário desvelar essa realidade oculta que oprime cotidianamente a mulher e a mantém no pólo da subor-

dinação” (Cardoso, 1997b, p. 136). Nas situações de abuso crônico, as vítimas apresentam um estado alterado de consciência, submetendo-se de forma passiva aos rituais e às manipulações do perpetrador da violência (Corsi, 1997; Góngora, 2000; Hirigoyen, 2000; Sluski, 1996). As vítimas de situações traumáticas, como as mulheres vítimas de abuso crônico, geralmente, recorrem a mecanismos de defesa como estratégias de adaptação e de sobrevivência. Os mecanismos comumente acionados são a dissociação do pensamento, a negação e a anulação dos sentimentos, o que exerce um efeito mutilador sobre as capacidades cognitivas e sobre a capacidade de ação efetiva (Banchs, 1995; Narvaz e Koller, 2004). Essa “aparente passividade demonstrada por muitas mulheres ao serem violadas, frequentemente, é interpretada como aquiescência. No entanto, a passividade (paralisação) nasce do pânico frente ao agressor e ao medo da morte” (Zuwick, 2001, p.86). Nestes discursos de culpabilização das mulheres há um desvio implícito de responsabilidade do verdadeiro agressor (Ravazzola, 1997, 1999) em que, como assinala Zuwick (2001, p. 89), “a vergonha de que deveria ser portador aquele que a agrediu volta-se contra a mulher e a silencia, tornando-a parte da rede que sustenta a dominação”. As mulheres reescrevem, pela transgeracionalidade do risco, não só sua história individual ou familiar, mas a história coletiva de subordinação das mulheres (Narvaz e Koller, 2004).

As mulheres não podem, portanto, ser responsabilizadas pelas violências que sofrem; não sentem prazer com a violência e nem sempre silenciam diante dos abusos sofridos. Não há justificativas para comportamentos abusivos violentos em uma relação conjugal (Cardoso, 1997 a, 1997b; Dutton, 1997; Ravazzola, 1999; Zuwick, 2001). As mulheres não devem ser vistas, no entanto, apenas como vítimas. De acordo com Strey (2000, p. 9), “submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres”. Estratégias de resistência das mulheres diante dos abusos masculinos foram demonstradas em vários estudos (Fonseca, 1995, 1997; Perrot, 1988), entre elas a infidelidade feminina, o abandono do lar, a separação do parceiro abusivo e o envolvimento em organizações políticas. Alguns fatores que envolvem o contexto do apoio e da rede social desempenham importante papel na superação da condição de risco e submissão (Brito e Koller, 2002; Koller, 1999). Mulheres vítimas de violência geralmente estão isoladas da rede de parentesco e da comunidade, o que facilita o controle do agressor sobre a vítima. Para que seja rompido o ciclo da violência, é necessário que exista uma rede articulada de apoio à mulher agredida (Dutton, 1997; Hirigoyen, 2000; Miller, 1999; Soares, 1999), o que foi confirmado por pesquisas recentes (Carrasco, 2003; Cecco-

nello, 2003; Meneghel e cols., 2003; Narvaz, 2005) envolvendo mulheres brasileiras em situação de violência.

Investigação (ver Narvaz, 2005) recente realizada com uma mulher, mãe de vítimas de incesto e vítima de várias formas de violência familiar, conjugal e doméstica desde sua infância, ao longo de várias gerações familiares, encontrou diversos e complexos processos que contribuíram à posição de silenciamento e de submissão, ou de assujeitamento, da participante do estudo aos abusos sofridos, entre eles: vivências de violência na família de origem; a re-vivência do abuso sexual sofrido em sua infância e a falta de modelos de família protetiva; as estratégias de culpabilização das vítimas, acusadas de sedutoras pelo perpetrador do abuso; o desejo de ter uma família e de manter a família unida; a dependência emocional e econômica dos parceiros abusivos; o medo do companheiro abusivo, que era violento fisicamente e fazia uso de álcool; a prescrição de obediência e submissão engendrada pelo poder patriarcal; e, a falta de apoio familiar, comunitário e/ou social. Os resultados apontaram que a concepção de família desta mulher-mãe correspondeu aos ditames patriarcais da família normativa, organização patriarcal, nuclear, monogâmica e burguesa, ainda que não tenha sido este o modelo de família efetivamente vivido em sua história (ver Narvaz e Koller, no prelo). O desejo de ter uma família e de manter a família unida encontrado no relato da participante parece ter sido um dos fatores que contribuiu à posição de submissão às várias formas de violência vividas por ela e por suas filhas. A análise do discurso desta mulher-mãe revelou também que a prescrição dos papéis familiares, ao longo das configurações de família por ela vividas, foi ditada por valores patriarcais, segundo uma divisão rígida e tradicional de papéis na família, com diferentes funções previstas para o homem e para a mulher, em que o homem tem a função de provedor e chefe da família e a mulher tem a função de cuidar do lar e dos filhos. Apesar destas prescrições, os papéis efetivamente vividos foram heterogêneos, ora cumprindo, ora subvertendo a ordem patriarcal. A análise dos dados encontrou, ainda, que o relacionamento familiar na família incestuosa pesquisada foi marcado por diversas formas de violência, caracterizando-se por uma distribuição desigual de poder, cabendo ao homem-pai-marido as decisões quanto às regras a serem seguidas pela família, que devia submeter-se ao poder masculino patriarcal. Entretanto, o poder patriarcal, ao mesmo tempo em que prescreveu a obediência e a submissão aos membros desta família, suscitou resistências. A mulher-mãe das vítimas de incesto e suas filhas ocuparam, assim, diferentes posições diante das violências sofridas, ora de submissão, ora de resistência. A

posição de resistência da participante e de suas filhas às violências sofridas que foram desveladas nesta investigação envolveu várias formas de transgressão aos ditames patriarcais a elas impostos, tais como fuga de casa, a separação dos companheiros, a traição dos mesmos e a denúncia das violências sofridas. Contribuíram ao engendramento da posição de resistência da participante e de suas filhas a revolta causada pela opressão do poder patriarcal e o acesso a recursos de apoio familiar, comunitário, institucional e social competentes e efetivos. O contexto desta investigação igualmente foi percebido pela participante como fator de apoio, uma vez que recebeu informações e foi valorizada em suas iniciativas de resistência e de denúncia dos abusos sofridos (Narvaz, 2005).

Estes resultados apontam para o contexto das investigações como possíveis fatores de proteção e de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social, o que corrobora achados de outras pesquisadoras (Ceconello, 2003; Szymanski, 2001; Yunes, 2001). Nesse sentido, cabe destacar a responsabilidade da academia e da pesquisa científica na condução dos empreendimentos de pesquisa, em especial com populações em situação de vulnerabilidade, tais como as mulheres vítimas de violência. Há que se promover, nesse sentido, aprofundadas reflexões éticas, epistemológicas e metodológicas relativas às formas como as investigações são conduzidas a fim de avaliarmos o impacto que pode ser causado pela intervenção de pesquisa. Uma entrevista para a coleta de dados pode ser um contexto de apoio ou, então, de revitimização. Inscreve-se aqui a necessária articulação da academia, da pesquisa, da clínica e da política (Coimbra, 2004; Neves e Nogueira, 2003) como possibilidade de empoderamento (Leon, 2000) de grupos historicamente oprimidos (Martín-Baró, 1997) e, dentre estes grupos, as mulheres vítimas de violência, que denunciam, pela transgeracionalidade de sua vulnerabilidade, não só sua história individual ou familiar, mas a história coletiva do gênero feminino (Narvaz e Koller, 2004).

Nesse sentido algumas indagações vêm se colocando em nossa prática, tanto clínica quanto de pesquisa, entre elas: 1) Quais as histórias de vida de mulheres vítimas de violência conjugal e doméstica?; 2) Quais as vivências em suas famílias de origem?; 3) Estas mulheres também sofreram violências em suas infâncias? Quais? De que formas?; 4) Estas mulheres testemunharam violência conjugal sofrida pelas suas mães?; 5) Quais as formas de violência presentes na relação com o parceiro abusivo?; 6) O alcoolismo está presente na dinâmica da violência conjugal?; 7) Qual o papel das mulheres na dinâmica da violência

conjugal atual? Podem ser consideradas provocadoras e culpadas pelas violências que sofrem?; 8) Quais as estratégias de enfrentamento que as mulheres esboçam diante das violências exercidas pelos parceiros?; 9) A dependência econômica das mulheres vítimas de violência influenciam nas diferentes atitudes de permanência e de rompimento com a relação abusiva?; 10) Fatores que envolvem classe social (tais como nível de escolaridade e *status* ocupacional) influenciam nas atitudes de submissão e de enfrentamento das mulheres às violências sofridas? De que formas?; 11) Concepções estereotipadas sobre família e papéis de gênero interferem nas atitudes de submissão e de enfrentamento das mulheres às violências conjugais sofridas?; 12) Fatores de apoio social e comunitário interferem nas atitudes de submissão e de resistência das mulheres às violências conjugais sofridas? De que formas?; 13) Quais os discursos científicos e sociais que podem ser identificados nas falas das mulheres sobre a questão da violência contra as mulheres?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece evidente, a partir do exposto, a complexidade das questões envolvidas na dinâmica da violência contra as mulheres, entre elas as questões de poder, gênero, classe social, alcoolismo e transmissão de padrões abusivos de relação através das gerações (Narvaz e Koller, 2004; Saffioti, 1992). Diferentes posições, ora de submissão, ora de resistência, têm sido encontradas na pesquisa e na literatura científica (Dutton, 1997; Fonseca, 1995; Narvaz, 2005; Strey, 2000) no que concerne à questão das mulheres que são agredidas por seus parceiros. A compreensão do complexo fenômeno da violência conjugal, familiar e doméstica deve, assim, considerar fatores, tais como pobreza, violência, gênero, classe social, nível de escolaridade e *status* ocupacional das mulheres vitimadas. Investigadas de modo científico, complexo e, sobretudo, crítico, tais empreendimentos de pesquisa poderão contribuir à implementação de políticas que possam subsidiar programas de prevenção e intervenção na questão da vitimização feminina, em especial no âmbito das relações afetivas com seus parceiros, daí a relevância social e científica das reflexões propostas ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Banchs, M. A. (1995). O papel da emoção na representação do self e do outro em membros de uma família incestuosa. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp. 97-114). São Paulo: Brasiliense.
- Bass, E. & Davis, L. (1998). *The courage to heal*. New York: Harper & Row.

- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bravo, M. (1994). *Incesto y violación*. Chile: Academia.
- Brito, R. C. & Koller, S. H. (2002). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação* (pp. 115-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Camargo, M. (1998). *O lugar da mulher na relação de violência: O mito da passividade e a construção da identidade de gênero em nossa sociedade*. Porto Alegre: Casa de Apoio Viva Maria, Secretaria Municipal de Saúde.
- Cardoso, N. M. (1997a). A socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In A. V. Zanella, M. J. Siqueira, L. A. Lulhier & S. I. Molon (Orgs.). *Psicologia e práticas sociais* (pp. 280-292). Porto Alegre: Abrapso.
- Cardoso, N. M. (1997b). Mulher e maus-tratos. In M. Strey (Org.). *Mulher: Estudos de gênero* (pp. 127-138). São Leopoldo: Unisinos.
- Carrasco, L. K. (2003). *A mulher vítima de violência conjugal: Uma perspectiva transgeracional*. [Tese de Doutorado não-publicada], Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. [Tese de Doutorado não-publicada], Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Coimbra, C. M. (2004). Gênero, militância, tortura. In M. Strey, M. Azambuja & F. Jaeger (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*, (Vol. II): (pp. 45-62). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Corsi, J. (1997). *Violencia familiar: Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.
- Corsi, J. (Org.). (2003). *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico*. Buenos Aires: Paidós.
- Deleuze, G. & Guatarri, F. (1997). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, (Vol. 4). São Paulo: 34.
- Diniz, S. G. (1997). A violência de gênero como questão de saúde. *Jornal da Redesaúde*, 14, 7-8.
- Dutton, M. A. (1997). La mujer maltratada y sus estrategias de respuesta a la violencia. In J. L. Edleson & Z. C. Eisikovits (Orgs.). *Violencia domestica: La mujer golpeada y la familia* (pp. 153-178). Buenos Aires: Granica.
- Fonseca, C. (1995). A mulher valente: Gênero e narrativas. *Horizontes Antropológicos*, 1, 1, 113-130.
- Fonseca, C. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres do Brasil*, (2ª ed.): (pp. 510-553). São Paulo: Contexto.
- Fontana, M. & Santos, S. F. (2001). *Violência contra a mulher*. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- Giberti, E. & Fernandez, A. M. (1989). *La mujer y la violencia invisible*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Goldner, V. (1988). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process*, 37, 263-286.
- Góngora, J. N. (2000). La pareja violenta: Fórmulas de intervención. In J. N. Góngora & P. Miraguaia (Orgs.). *Parejas en situaciones especiales* (pp. 43-86). Buenos Aires: Paidós.
- Gregori, M. F. (1993). As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, 1, 1, 143-149.
- Grossi, P. K. (2001). Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In P. K. Grossi & G. C. Werba (Orgs.). *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 19-45). Porto Alegre: Edipucrs.
- Guareschi, N.; Comunello, L. N.; Nardini, M. & Hoenisch, J. C. (2004). Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In M. Strey, M. Azambuja & F. Jaeger (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*, (Vol. II): (pp. 177-194). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Hare-Mustin, R. T. (1987). The problem of gender in family therapy theory. *Family Process*, 26, 15-27.
- Hirigoyen, M. F. (2000). *El acoso moral: El maltrato psicológico en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Paidós.
- Hutz, C. S., Koller, S. H. & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANNEPP*, 1, 12, 79-86.
- Jones, E. (1994). Feminismo e terapia de família: Os casamentos complicados podem dar certo? In R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs.). *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 75-93). Rio de Janeiro: Imago.
- Keil, I. M. (2001). Capitalismo, ordem social e exclusão: Por uma discussão de teorias. In M. Baquero (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social* (pp. 71-115). Porto Alegre: UFRGS.
- Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In Amencar (Org.). *Violência doméstica* (pp. 32-42). Brasília: Unicef.
- Laird, J. (2002). Segredos das mulheres: O silêncio das mulheres. In E. Imber-Black (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 245-268). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Leon, M. (2000). Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. *Estudios Feministas*, 8, 191-207.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2, 1, 7-27.
- Mason, M. J. (2002). Vergonha: Reservatório para os segredos na família. In E. Imber-Black (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 40-56). Porto Alegre: Artes Médicas.
- McConaghy, J. S. & Cottone, R. R. (1988). The systemic view of violence: An ethical perspective. *Family Process*, 37, 51-63.
- Meneghel, S., Barbiani, R., Steffen, H., Wunder, A. P., Dalla Roza, M., Rotermund, J., Brito, S. & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 4, 15-22.
- Miller, M. S. (1999). *Feridas invisíveis: Abuso não-físico contra mulheres*. São Paulo: Summus.
- Minayo, M. C. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, 1, 7-18.
- Narvaz, M. (2002). Abusos sexuais e violências de gênero. In M. R. Nunes (Org.). *Os direitos humanos das meninas e das mulheres: Enfoques feministas* (pp. 29-33). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Narvaz, M. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. [Dissertação de Mestrado não-publicada], Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Narvaz, M. & Koller, S. H. (2004). Famílias, violências e gêneros: Desvelando a trama da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. Strey, Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*, (Vol. II): (pp. 149-176). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Narvaz, M. & Koller, S. (no prelo). A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão & Crítica*.

- Negrão, T. (2004). Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In M. Strey, M. P. R. de Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*, (Vol. II): (pp. 215-258). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15, 2, 43-64.
- Oliveira, F. (2004). A Convenção de Belém do Pará dez anos depois. [On line]. *Boletim do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade*, 7, 357. <http://www.cepcos.sites.uol.com.br> (Acessado em 10/12/2004).
- Perelberg, R. J. (1994). Igualdade, assimetria e diversidade: Sobre as conceitualizações dos sexos. In R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs.). *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 47-67). Rio de Janeiro: Imago.
- Perrot, M. (1988). *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*, (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Prá, J. R. (2001). Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In M. Baquero (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social* (pp. 173-208). Porto Alegre: UFRGS.
- Ravazzola, M. C. (1997). Violencia familiar: El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. *Sistemas Familiares*, 23, 29-42.
- Ravazzola, M. C. (1999). *Historias infames: Los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Redesaúde (2001). *Saúde da mulher e direitos reprodutivos*. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- Saffioti, H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. Costa & C. Bruschini (Orgs.). *Uma questão de gênero* (pp. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Sawaia, B. B. (1995). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In S.T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp. 157-168). São Paulo: Brasiliense.
- Sluski, C. (1996). Violência familiar e violência política: Implicações terapêuticas de um modelo geral. In D. Schnitman (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 228-243). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Soares, B. M. (1999). *Mulheres invisíveis: Violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Strey, M. N. (2000). Será o século XXI o século das mulheres? In M. N. Strey, F. Mattos, G. Fensterseifer & G. C. Werba (Orgs.). *Construções e perspectivas em gênero* (pp. 09-18). São Leopoldo: Unisinos.
- Strey, M. N., Werba, G. C. & Nora, T. C. (2004). “Outra vez essa mulher?” Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas delegacias da mulher do RS. In M. Strey, M. P. R. de Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*, (Vol. II): (pp. 101-122). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Szymanski, H. (2001). Entrevista reflexiva: Um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Revista Psicologia da Educação*, 13, 1-32.
- Thomas, D. Q. (1992). *Injustiça criminal: A violência contra a mulher no Brasil*. Human Rights Watch: America's Watch.
- Werba, G. C. (2002, agosto). *Quero ficar no teu corpo... Violência contra o corpo da mulher*. I Jornada Gênero e Corpo, PUCRS, Porto Alegre.
- Werba, G. C. & Strey, M. N. (2001). Longe dos olhos, longe do coração: Ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In P.K. Grossi & G. C. Werba (Orgs.). *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp.71-82). Porto Alegre: Edipucrs.
- Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controversada em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- Zuwick, A. N. (2001). O corpo violado. Em P. K. Grossi & G. C. Werba (Orgs.). *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 83-94). Porto Alegre: Edipucrs.

Recebido em: 04/07/2005. Aceito em: 23/03/2006.

Autoras:

Martha Giudice Narvaz – Psicóloga e Terapeuta Familiar com especialização na área da Violência Doméstica pela USP. Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da Professora Sílvia Helena Koller. Integrante do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua-CEP-RUA/UFRGS e da ONG Feminista Coletivo, Feminino Plural de Porto Alegre.

Sílvia Helena Koller – Psicóloga, Doutora em Educação pela PUCRS e Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua-CEP-RUA/UFRGS.

Endereço para correspondência:

MARTHA GIUDICE NARVAZ
Av. Wenceslau Escobar, 1086, ap. 919
CEP 91900-000, Porto Alegre, RS, Brasil
Fones: (51)3244-6845, (51)3332-1613 e (51)9969-3763
E-mail: phoenix@terra.com.br